

Produção, mercadoria e consumo no século XXI

Production, commodities, and consumption in the XXI century

Lorennna Aparecida da Silva Blanco¹

Maria Socorro Ramos Militão²

RESUMO

A sociedade avançou coletivamente a partir da relação do homem com a natureza e o trabalho, que trouxe para o espaço geográfico diversas transformações. Dentre essas transformações, a dinâmica da cadeia produtiva – produção, mercadoria e consumo –, impulsionada pelo trabalho, se apropriou e continua se apropriando dos elementos naturais e dos indivíduos. Tal relação vem sendo considerada insustentável, porque suas atividades predatórias interferem nos ciclos de reprodução da natureza e, com isso, impedem o desenvolvimento e avanço de uma sociedade pautada pela igualdade e bem-estar coletivo. A presente pesquisa buscou apresentar como a relação da produção, mercadoria e consumo se traduzem no espaço geográfico. Assim, evidenciou-se que as projeções de produto e mercadoria se traduzem para além do objeto material, neste processo, a conceituação de produto e mercadoria, também se funde ao indivíduo social que, por sua vez, reproduz a dinâmica imposta pelo capital.

PALAVRAS-CHAVE: Espaço Geográfico; Reprodução Espacial; Produção; Capitalismo.

ABSTRACT

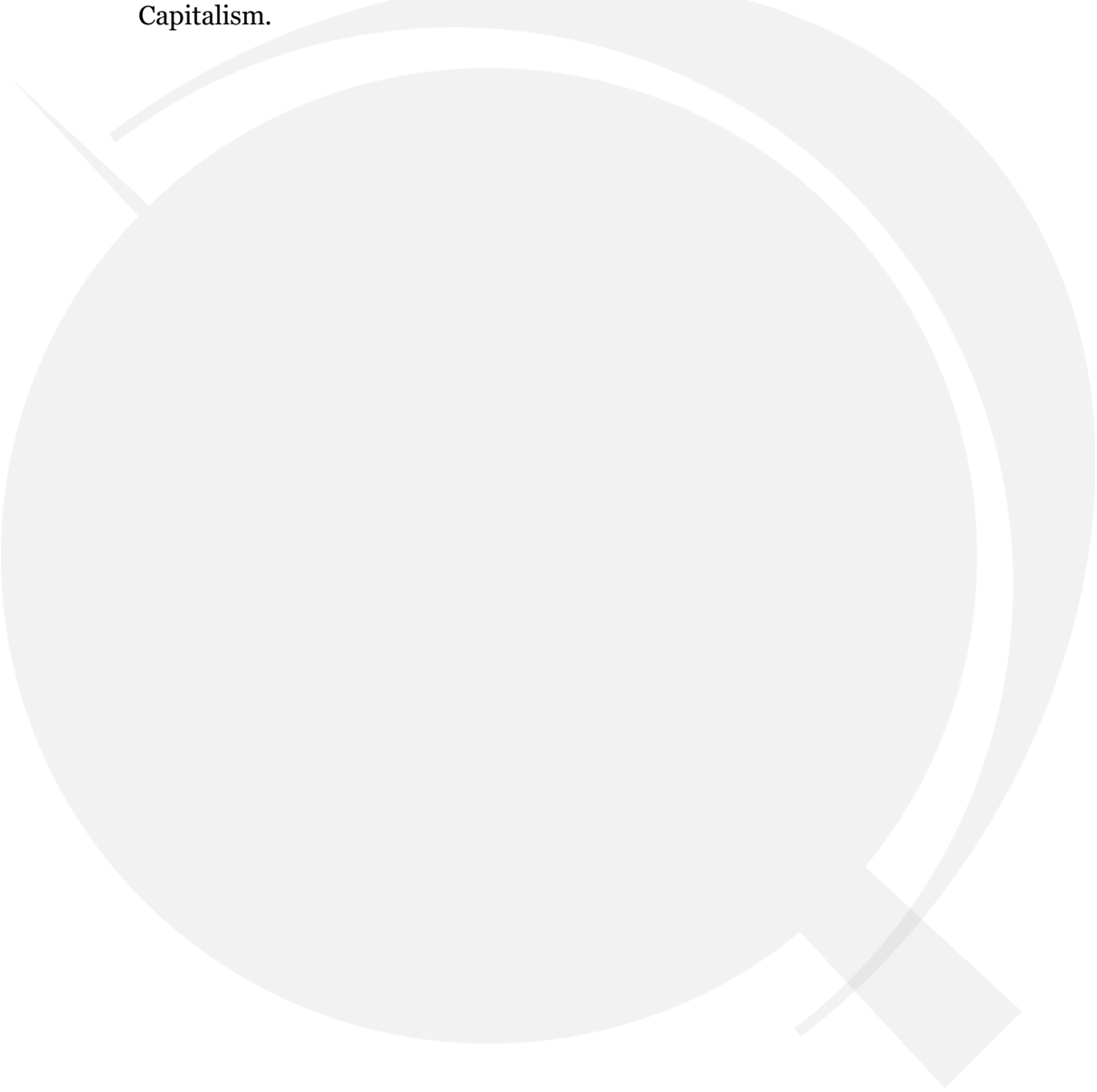
The society has advanced collectively through the relationship between human with nature and labor, which has brought about numerous transformations in geographical space. Among these transformations, the dynamics of the production chain – production, commodities, and consumption – driven by labor, have appropriated and continue to appropriate of the natural elements and individuals alike. This relationship has increasingly been regarded as unsustainable because its predatory activities interfere with nature's cycles of reproduction,

¹ Bacharel em Geografia na Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: lorennablanco@ufu.br

² Professora Associada do Instituto de Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: helpramos@yahoo.com.br

thereby hindering the development and progress of a society founded on equality and collective well-being. This study sought to demonstrate how the relationship between production, commodities, and consumption is expressed in geographical space. It was found that the projections of products and commodities extend beyond the material object itself. In this process, the concepts of product and commodity also merge with the social individual, who, in turn, reproduces the dynamics imposed by capital.

KEYWORDS: Geographic Space; Spatial Reproduction; Production; Capitalism.



INTRODUÇÃO

As sociedades formaram seus indivíduos e esses avançaram coletivamente a partir da relação entre o homem e a natureza, e essa relação, mediada pelo trabalho, promoveu transformações tanto do meio ambiente quanto do próprio homem, ao longo da história, desde a sua forma mais primitiva quanto na contemporânea. Por sua vez, o período industrial iniciado no século XIX, com o trabalho e sua cadeia produtiva, mercadoria e consumo, permitiu o desenvolvimento e avanço da sociedade, tendo como um de seus principais produtos a formação espacial nas diferentes escalas, sobretudo a global. Na cadeia produtiva, há um estado progressivo da produção de mercadorias que obedece à demanda do consumo induzido, e, nessa lógica de expansão interminável do capital, a produção, apropriando-se dos elementos da natureza, cria objetos para atender as necessidades individuais e sociais, distribuindo-os de maneira comercial.

E isso ocorre porque o capital é uma força que precisa se expandir, contudo, ao expandir-se devasta a tudo o que for necessário para perpetuar a sua existência. Com efeito, a mercadoria colocada na lógica comercial capitalista, torna-se propriedade privada, porque passa a pertencer ao consumidor e, assim, desaparece do movimento social, tornando-se um objeto individual. Nessa cadeia produtiva, o consumo é o ponto final; a produção, o ponto inicial, e, na mediação entre esses dois pontos, está a troca e a circulação da mercadoria. Na dinâmica desse processo produtivo se desenvolvem avanços tecnológicos, inovações e ampliações industriais e comerciais nos diferentes setores produtivos, os quais, atuam como agentes na formação do espaço.

Em razão disso, Santos (1996) propõe que o espaço seja definido como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações, reconhecendo suas categorias analíticas internas, que seriam a paisagem, a configuração territorial, a divisão territorial do trabalho, o espaço produzido ou produtivo, além dos recortes espaciais, nos quais se colocam debates acerca da região e do lugar, das redes e das escalas. Ademais, propõe a racionalidade do espaço como conceito histórico atual e fruto da emergência das redes e do processo de globalização, nesse aspecto, o espaço se apresenta como fruto das dinâmicas e das relações sociais e, no sistema econômico atual, de trabalho. E, considerando a assertiva marxiana de que, as crises são frequentes no sistema capitalista, vemos, nitidamente, os reflexos dessas crises no espaço geográfico, pois é nele que as ações humanas se tornam agentes modeladores

do espaço a partir de suas interações com os elementos sociais e naturais, os quais são identificados a partir de análises das diferentes categorias: econômicas, sociais, políticas e ambientais.

Às vistas disso, na presente pesquisa, busca-se realizar uma leitura atual do espaço geográfico – social e natural – a partir da dinâmica da relação entre a produção e o consumo, para averiguar como o espaço vêm se transformando. Para isso, buscaremos saber o contexto geral da produção do espaço e sobre a sua dinâmica produtiva; para averiguar quais características resultantes dessa dinâmica levaram ao cenário de colapso ambiental e social no século XXI. Ademais, busca-se analisar como o consumismo intensificou esse processo, quais impactos – positivos e negativos, exerceram sobre as relações sociais e de trabalho e quais problemas socioambientais, articulados pela produção capitalista avançada, se apresentaram na conjuntura atual, para entender quais possam ser as possíveis projeções futuras.

A pesquisa ora proposta se justifica pela necessidade de compreender as características da produção e reprodução espacial a partir das relações dialéticas entre a produção e o consumo de produtos, tendo como pano de fundo as contradições geradoras das profundas crises do capital, e cuja compreensão é fundamental para a análise dos problemas ambientais atualmente.

E isso porque, os períodos e estágios da produção global vêm sendo alterados significativamente desde as últimas décadas do século XX, em decorrência da lógica expansiva do capital e da demanda do consumo, que é induzida a partir da alienação social, tal como demonstra Marx em *Para a crítica da economia política*, ao evidenciar que o consumo cria o impulso da produção, mas a produção se desenvolve somente mediante as necessidades postas, de modo que, é o consumo que coloca a necessidade de reprodução de uma dada mercadoria. Por essa lógica, cria-se a necessidade de determinado objeto e não apenas um objeto a partir de uma necessidade.

O consumo pelo consumo é natural do homem, mas o consumo pelo consumismo é uma ferramenta criada pelo capital, para a manutenção do homem enquanto produto, o que gera uma relação desigual entre a produção material e a produção consumida, e isso reflete nas diferentes características da formação socioespacial. Portanto, desenvolver este trabalho é importante para contribuir não

somente com a produção de novas perspectivas de análise da questão, mas, também, para pensar a natureza, novas formas de produzir o espaço social e a própria produção.

A metodologia a ser utilizada nesta pesquisa é a bibliográfica, que será desdobrada em seções e, tendo como método de investigação o materialismo histórico-dialético, de K. Marx (1818-1883) e F. Engels (1820-1895), analisaremos a realidade por ela mesma, isto é, partindo da materialidade e historicidade. Com base nesse método, discutiremos a relação produção-consumo e consumo-produção, para, na sequência, avaliar a do consumo-mercadoria e mercadoria-consumo; produção-mercadoria-consumo e, por fim, a produção espacial global a partir das tendências geradas pelo consumo e suas faces frente ao capitalismo, isto é, o trabalho e a natureza enquanto produtos e agentes de produção do espaço. Assim, buscaremos compreender os problemas sociais e ambientais desencadeados sobre o espaço pela produção capitalista, sobretudo a partir da Revolução Industrial e suas características ao longo do século XXI, com uma abordagem teórica generalizada do cenário global, a partir dos padrões de reprodução do capital.

PRODUÇÃO, MERCADORIA E CONSUMO

Iniciamos esta análise a partir do que Marx (1991, p. 7) determinou como produção material, ou seja, que é “na produção, os membros da sociedade apropriam-se (produzem, moldam) dos produtos da natureza para as necessidades humanas”. Assim, para que se haja a produção material é necessário que haja uma base para a produção, que é a exploração da natureza e de seus elementos primários, e os meios para a produção do objeto, como maquinário, capital etc. Pois, a produção não é somente produção como também consumo³, logo, o que é produzido deve ser consumido, o indivíduo consome suas forças produtivas e faculdades intelectuais, e, também os meios de produção, a matéria prima, e próprio objeto produzido. Conforme é apontado por Marx em *O Capital* vol. I:

A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer. A natureza dessas necessidades se, por exemplo, elas provêm do estômago ou da imaginação, não altera em nada a questão. Tampouco se trata aqui de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de

³ Se trata de um consumo duplo, trazido por Marx em *Para a Crítica da Economia Política* (1991, p.8) como subjetivo e objetivo, onde o ato de produção é, em todos os seus momentos, também ato de consumo.

subsistência, isto é, como objeto de fruição, ou indiretamente, como meio de produção (MARX, 2023, p. 157).

Na mesma direção, Engels (1989, p. 7) define a produção de mercadorias como uma fase econômica onde os objetos não são produzidos apenas para o uso do produtor, mas também com fins de troca, reduzindo seu valor de uso e ressaltando seu valor enquanto mercadoria. Portanto, um objeto não é produzido somente para o consumo que é necessário, mas também se cria a necessidade de consumo de determinado objeto. A alimentação, vestimenta, moradia são necessidades básicas que são supridas pela produção de mercadorias que atendam a essas carências, já as variações que surgem a partir desses objetos “primários” surgem envoltos de uma necessidade criada para esse consumo, acentua Marx (1991, p. 10).

Assim, o ato de consumir reproduz a necessidade, ao mesmo tempo que o consumo cria o impulso da produção. O consumo aqui então é o consumo que pressupõe a produção, o consumo-produção, uma vez que o consumo ditado pela dinâmica capitalista se difere totalmente do consumo essencial básico à vida.

De acordo com Marx (1991, p. 35), a produção fornece os materiais (o objeto), que se torna consumo, e esse, sem objeto não é consumo, logo a produção cria o consumo a partir do objeto, que é a mercadoria apresentada sob o ponto de vista do valor de uso e/ou valor de troca. Logo, não seria precipitado afirmarmos que, na atual conjuntura global, somos produtos e objeto de consumo do capital, assim, o capital transforma a sociedade em um objeto capaz de consumir outros objetos. Por isso, diz: “Os produtos convertem-se em objetos de desfrute, de apropriação individual” (Marx, 1991, p. 7), de modo que o produto passa a adotar uma personificação, ou seja, a dualidade da produção e consumo.

A transformação do homem em mercadoria serve para manter o capital a partir do consumo, nesse aspecto, o homem torna-se coisa, objeto, mercadoria, possui valor de uso e troca. Assim, uma mercadoria só se confirma como mercadoria no consumo, somos mercadorias porque a força vital do homem é consumida pelo trabalho, e os frutos desse trabalho se torna capital, que vai para as mãos dos donos dos meios de produção. Nesta perspectiva, afirma o filósofo alemão:

A produção engendra, portanto, o consumo: fornecendo-lhe o material; determinando o modo de consumo; gerando no consumidor a necessidade dos produtos que foram postos por ela como objeto. Produzir, pois, o objeto do

consumo, o impulso do consumo. De igual modo, o consumo engendra a disposição do produtor, solicitando-lhe a finalidade da produção sob a forma de uma necessidade determinante (MARX, 1991, p. 10).

Assim, a mercadoria, antes de ser mercadoria, é um objeto que tem seu valor agregado como mercadoria a partir do consumo, é uma relação sinérgica. A produção de mercadorias tem seu pleno desenvolvimento sob as condições da produção capitalista, pela qual o emprego assalariado implica no despojo de meios de produção dos trabalhadores, que possuem apenas sua força de trabalho, fazendo com que o capitalista se aproprie de todo o excedente do custo da produção e de seus lucros. Portanto, a finalidade da produção deixou de ser a subsistência e passou a ser o lucro.

Com o desenvolvimento da produção, houve a diversificação de mercadorias e, conseqüentemente, do consumo, com isso, a produção transformou os espaços rurais para ampliar e aumentar a produtividade, e com o surgimento das cidades ocorreram alterações na dinâmica dos espaços urbanos, conforme a intensidade e dinâmica produtiva, por isso, o êxodo rural e expansão urbana, trouxeram impactos diretos para o meio natural, devido à alta demanda por mercadorias, primeiro de uso e depois, de troca.

Carlos (1989, p. 33) aponta que: “No momento em que o processo de produção domina o de consumo e as transformações no processo de trabalho produzem a socialização das relações de trabalho, o aumento da população vinda do campo determina um incremento considerável na concentração urbana”. Logo a concentração urbana passa a ditar o ritmo da organização espacial, isto é, o meio passa a apresentar zonas industriais, comerciais, turísticas, residenciais e de lazer, e, então, o espaço passa a ser dominado pela dinâmica da relação entre produção e consumo.

A PRODUÇÃO E AS TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS

O espaço é produzido a partir da relação do homem com o trabalho produtivo e suas relações com o meio social e natural, no qual está inserido. No capitalismo a produção espacial é fundamentada pela acumulação de lucros nos diferentes ramos de produção. O espaço produzido, visualizado pelo trabalhador, consiste na construção de uma existência material e espiritual (GOMES, p. 8, 1990). Com efeito, a produção do espaço e a transformação da natureza pelo homem, ocorre por meio do trabalho e da

sociabilidade, conforme os cenários político, ideológico, científico e religioso, de um dado período.

Nesse contexto, Carlos (1989, p. 13), afirma que “o espaço geográfico não é humano porque o homem o habita, mas antes de tudo porque é produto, condição e meio de toda atividade humana”. Ainda na avaliação de Carlos, (1989, p. 39), o espaço vai se alterando à medida que a dinâmica produtiva se materializa concretamente no espaço geográfico, e, com ela, se modificam redes de transportes, dinâmicas urbanas, ordenamentos territoriais, para atender as necessidades de reprodução do capital, e das relações que a produção, somada à circulação, distribuição e troca, determinam.

O contexto histórico da produção pode ser dividido em cinco modos de produção⁴: no primeiro, as forças produtivas são muito embrionárias e os instrumentos de trabalhos são limitados para a produzir os produtos necessários para a sobrevivência dos grupos ou comunidades. Por isso, buscando aumentar a capacidade de produção os homens passam a uma divisão natural do trabalho, baseada no sexo, pela qual o homem era responsável pela caça e a mulher pela agricultura. Entretanto, afirma (GOMES, 1991, p. 37), a partir do momento que a organização do homem primitivo se expande, junto de suas forças produtivas e outras necessidades, esse estágio se desintegra, fazendo surgir o processo de escravização dos homens.

O surgimento do escravismo ocorre diante do crescimento dos meios de produção, ainda no primitivismo, e se coloca a necessidade de aumentar a força de trabalho para atender a demanda dos setores produtivos, e ocorreria no momento em que surgem os proprietários dos meios de produção, que é a base de sustentação da escravização do homem. Os proprietários, visando expandir seus domínios territoriais e poder político, provocavam guerras e, para isso, precisavam de combatentes que eram obtidos através do escravismo, que se davam por dívidas, negociações ou trocas.

É nesse sistema profundamente desigual e contraditório que se origina o feudalismo, e, nele, a relação do homem com a produção possuía uma relação direta com a propriedade, a terra, especialmente, e, no qual, o servo vivia sob a égide do

⁴ Em cada modo, surgiu suas contradições pelo fato de as forças produtivas já não corresponderem mais às relações de produção. (GOMES, 1991, p. 37).

senhor feudal⁵. O feudalismo foi um período marcado por um grande retrocesso do desenvolvimento humano devido ao fato de a igreja católica romana exercer o controle social, político, científico, econômico e ideológico sobre aquela sociedade. E, no seio mesmo deste sistema, ascende a burguesia, que, para impulsionar o desenvolvimento da produção, volta-se também para a produção da ciência: astronomia, mecânica, física, anatomia, fisiologia, entre outras, para investigar as propriedades e funcionamento dos organismos e unidades naturais. Assim, a ciência que antes servia aos interesses da igreja, passa a servir os interesses da burguesia.

E, segundo Engels (1989, p.15), as contradições que decompõem esse sistema surgem entre os senhores e os servos, com isso, o campo perde a sua dinâmica e força produtiva, e os homens passam a se concentrar nas cidades, fazendo surgir a produção industrial, que subsidia as condições para o surgimento do capitalismo e início da derrocada do feudalismo. Na Europa, afirma Engels (1989, p. 55), mais precisamente na Inglaterra do século XVIII, estão postas as condições históricas e econômicas para a expansão e consolidação do capital.

A revolução burguesa e a abolição da servidão foram as condições fundamentais para a ascensão da burguesia, que transforma os trabalhadores da cidade e do campo em assalariados da produção industrial – que faz surgir o operariado e a classe operária – e, com ela, a burguesia promove a descentralização da propriedade feudal, expropriando as terras dos camponeses. Nesse contexto, os burgueses criaram as condições ideais para a expansão urbana e industrial e para que os grandes latifundiários feudais ascendessem como aristocracia e primeiros burgueses da França, os quais, por interesses políticos e econômicos, passam a colaborar com a burguesia industrial urbana em ascensão, criando-se, assim, as condições para que os burgueses se tornam-se a classe que dominaria a vida humana, no seu sistema capitalista de produção.

Assim o modo de produção capitalista passa a se desenvolver livremente, a manufatura seria substituída pelas máquinas e as forças produtivas se desenvolvem de maneira e velocidade nunca antes experienciado. E, conforme elucida Engels (1989, p. 56), a concentração e o desenvolvimento dos meios de produção se deram sobretudo

⁵ O modo feudal de produção tinha como estrutura básica de seu desenvolvimento a propriedade do senhor sobre a terra (os feudos) e a propriedade limitada do senhor sobre o camponês (servidão) (GOMES, 39).

devido a transformação dos meios individuais de produção em meios sociais, isto é, em escala.

Como consequência disso, relembra Gomes (1990, p. 19), “o espaço produtivo no capitalismo é definido pela desigualdade social entre os que produzem e os que detém; operários, capitalistas e burguesia”. E as mercadorias passam a ser produzidas não apenas com valor de uso, mas principalmente em razão da troca, isto é, com valor de troca, o qual passaria a definir o desenvolvimento das sociedades capitalistas, de maneira alienada e potencialmente consumista.

A produção em massa, distante da produção de inovação a partir do conhecimento e da ciência, trouxe uma acomodação alienante, porque o trabalhador apenas reproduz e não produz. Quando o homem primitivo necessitava produzir até as matérias primas e instrumentos de produção, ele fabricava objetos raciocinando evolutivamente e detendo o conhecimento de todas as etapas do processo de produção de objetos com valor de uso e troca. Ele executava uma forma de trabalho que permitia “o homem evoluir física e conscientemente, mostrando que o trabalho produtivo consciente, faz com que o homem evolua em diferentes aspectos, sobretudo a respeito de sua humanização” (GOMES, 1990, p. 23).

Entretanto, o capital inibe essa capacidade de raciocínio lógico nas massas, para continuar se expandindo e reproduzindo. Para tanto, a burguesia investe no desenvolvimento das forças produtivas em prol do avanço do capitalismo, e como dona da propriedade privada dos meios de produção, divide cada vez mais a produção, com vistas a aumentar a exploração sobre o trabalhador e aumentar a produção de mercadorias, permitindo-lhe aumentar a acumulação de capital, e isso, é possível porque os burgueses criaram um tipo específico de exploração do ser humano, impulsionada pela alienação do trabalho. Nesse sentido, Naves (2008, p.34), comentando a visão de Marx sobre a alienação diz:

Mas a alienação ocorre também no interior da atividade produtiva, pois o trabalho é exterior ao operário, não faz parte de sua essência, de modo que o trabalhador se sente infeliz e mortificado em um trabalho que não acarreta seu desenvolvimento mental e físico. Assim, ele ‘só se sente em casa quando não trabalha e quando trabalha não se sente em casa’, pois o seu trabalho lhe aparece como uma atividade forçada, tanto que, não havendo coerção, ele ‘foge do trabalho como de uma peste’.

Tal modo de produção, gera crises constantes e, nelas, se apresentam mais claramente as suas contradições, que a depender da gravidade, podem levar à sua dissolução. Pela sua dinâmica, e ritmo intenso e constante de produção e necessidade de expansão do capital, os burgueses degradam a natureza e seus ecossistemas fundamentais para a manutenção da vida, na mesma velocidade que avança em sua ânsia por acumulação de capital.

Na contramão dessa maneira de operar do sistema capitalista, parafraseando Engels, Carlos, lembra “como Engels apresenta na dialética da natureza: a especialização da mão implica o aparecimento da ferramenta, e esta implica atividade especificamente humana, a ação recíproca transformadora do homem sobre a natureza, a produção” (Carlos, 1989, p. 30). Com efeito, o trabalho, a produção, não são os aspectos negativos da história evolutiva da humanidade, pois trabalha e produzir faz da evolução humana, e como diz Marx, é por meio do trabalho que o homem se torna efetivamente humano, mas não sob a forma trabalho burguês, que se apresenta como uma verdadeira tortura para o homem trabalhador, pela centralidade que ele ocupa na vida dos homens.

A capacidade humana de produzir objetos e raciocinar logicamente para a produção do objeto, é o que diferencia a espécie humana das outras espécies, entretanto, no modo de produção capitalista, apesar da importância do trabalho para a manutenção da vida humana, o trabalho nos moldes capitalista, desenvolve uma relação predatória que traz grandes consequências para a vida humana, para os meios – urbanos, rurais, naturais, e para todo o tipo de vida existente. Em suma, promove o esgotamento dos elementos naturais, poluição, superlotação urbana, extinção da fauna e flora, e a possibilidade de sobrevivência de todo e qualquer tipo de vida, no planeta terra.

INDÚSTRIA E A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

Com a expansão do mercantilismo, que favoreceu o desenvolvimento do comércio – fundamental para o crescimento industrial, resultou em grandes impactos na organização espacial. A dinâmica produção – comercialização – consumo alterou a dinâmica espacial global em todas as escalas. Engels (1989, p. 7) destaca que a

produção industrial, desde a idade média, passou por três períodos: indústria artesanal, manufatura e indústria moderna. Ademais,

Vimos que o modo de produção capitalista se introduziu numa sociedade de produtores de mercadorias de produtores individuais cujo vínculo social era o intercambio dos seus produtos. Mas toda a sociedade baseada na produção de mercadorias apresenta a particularidade de que nela os produtores perdem o comando sobre as suas próprias relações sociais (ENGELS, 1989, p. 60).

A Revolução Industrial foi o grande marco que permitiu o capital acumulado reproduzir incessantemente, porque promoveu o desenvolvimento das forças primitivas permitindo o aumento da produtividade e o surgimento de novos produtos – junto do excedente de produção, que, em uma via melhorou as condições de vida da população, e na outra a exploração do homem (CARLOS, 1989, p. 34). E, com a divisão do trabalho e os avanços das forças produtivas, desenvolveram-se ferramentas, meios de transportes e comércios (CARLOS, 1989, p. 29), de modo nunca antes vistos na história. O desenvolvimento de meios e máquinas não visa reduzir o trabalho do homem, mas somente otimizar a produção (CARLOS, 1989, p. 30).

Com a industrialização, a divisão social do trabalho resulta em mudanças “na vida do homem”, por que o seu trabalho também uma mercadoria, como outra qualquer. Além disso, como relembra Gramsci (2008, p. 12) o capital acumulado tem na reestruturação produtiva sob o modelo fordista, um dos mais importantes mecanismos globais de acumulação de capital. Pois, combinando processo de trabalho taylorizados, com salários e benefícios salariais e sociais elevados, o capitalismo estadunidense passou a ditar o ritmo e fluxo de produção, com a implementação da cultura do consumismo, praticamente instaurou um novo modo de pensar. E como ele, um novo tipo de trabalhador, que é submetido às condições de trabalho que o leva a pensar que possui controle e poder sobre a produção.

Assim o fordismo – constituído pela burguesia industrial estadunidense, estabeleceu a base de acumulação material e de capital, a partir do século XX, o qual tornou-se o modelo de produção atual, como expressão máxima da nova tônica da lógica do desenvolvimento do capital e da burguesia estadunidense estruturada a partir da implantação da produção em massa (GRAMSCI, 2008, pp. 19-20).

ESPAÇO E OS IMPACTOS SOCIAIS E NATURAIS

A sociedade depende da natureza para a sua reprodução, visto que o “valor” da natureza em uma sociedade capitalista, consiste em possibilitar a sua transformação em matérias primas ou propriedade burguesa para exploração e acumulação de capital, pelos burgueses, para a produção de bens de consumo. Para além da sociedade capitalista, o desenvolvimento da humanidade é inerente à natureza, pois é a interação do homem com a natureza que resulta nas alterações do espaço produzido.

Nesse sentido, essas alterações carregam consigo aspectos positivos e negativos, positivos dados os avanços do desenvolvimento da sociedade, e negativo dado que, essas alterações são acompanhadas de atividades predatórias que interferem nos ciclos de reprodução natural, afetando os ecossistemas, e a recarga natural de solos, água, vegetação, que, consequentemente, afetam a qualidade de vida do meio social e da vida. No capitalismo a natureza é apenas mais um meio que o capital utiliza para a sua expansão, assim como o homem, a natureza para o capital é apenas mais uma mercadoria.

A visão de que a natureza é alheia/paralela a sociedade é uma ação ideológica proposital do capital, que privatiza a natureza – em grandes clubes, parques de golfe, propriedades privadas, tornando o acesso a natureza algo distante para as massas da sociedade, que não veem a natureza como essencial ao desenvolvimento da vida e da existência social (GOMES, 1990, p. 15). Assim a natureza se torna um privilégio de classe – burguesa, que é constantemente disfrutada e explorada, e cujos resíduos dessas ações são escanteadas para zonas de descartes – áreas de vulnerabilidade social, pobreza extrema, de capitalismo em desenvolvimento, “terceiro mundo”, subdesenvolvidos. Para além disso, a natureza é dividida, e a possibilidade de unidade entre os meios social e natural, só existe em uma sociedade sem classes.

A existência de uma única natureza, onde os meios social e natural são vistos de maneira interdependentes, só é possível a partir de uma equivalência onde o desenvolvimento econômico acompanha o desenvolvimento social. A reprodução da natureza e seus ciclos, depende da evolução da sociedade em termos científicos, ideológicos, sociais e políticos que acompanhem o ritmo cíclico da natureza, para que não haja escassez (GOMES, 1990, p. 14).

Diante do exposto, questiona-se, se a partir do modo de produção capitalista, estamos diante de um possível colapso dos elementos naturais ou da sobrevida do

capitalismo, se é possível conservar os elementos naturais no capitalismo? E de que modo?

O homem não se vê como parte da produção do espaço que ele próprio, direta ou indiretamente, transformou, seja no trabalho, cultura ou lazer. Nisso o homem subjuga o espaço como um evento alheio à sua existência, cujas transformações são provenientes de fatores e forças maiores, quando ele mesmo se insere como um dos elementos base das transformações espaciais, - urbano e rural -, que são concebidas como produto da relação que se estabelece entre os fatores históricos e sociais; e a relação com o trabalho. Assim como o homem transforma o meio urbano e rural a partir das suas relações de trabalho, também transforma a natureza (CARLOS, 1989, p. 16), de modo que o espaço geográfico passa a ser um produto social do trabalho, o qual passa a determinar a natureza social do espaço geográfico e as formas de apropriar-se dele.

A transformação do espaço pelo trabalho, o coloca “como atividade do ser humano que visa satisfazer necessidades, e na medida que estas são históricas e que a atividade que as satisfaz cria novas, a criação de um espaço diferenciado dá-se em função das condições materiais de produção e do estágio do desenvolvimento das forças produtivas” (CARLOS, 1989, pp. 16-17).

Entretanto, as alterações espaciais tais como as conhecemos, é resultante do trabalho assalariado (valorização e apropriação), pois o trabalho sempre existiu, mas não apenas pela forma assalariada e com vistas a acumulação de capital. Foi a revolução industrial burguesa que trouxe alterações significativas no espaço e que continua a alterar, de modo muito acelerado, a dinâmica espacial, seja para instalações de indústrias e/ou empresas, construções, dinâmicas comerciais, urbanas, etc., seja para extrair riqueza naturais, desses espaços.

A Revolução Industrial foi a grande responsável pelas transformações espaciais nos meios urbano e rural, por propiciar as inovações e renovações dos instrumentos e métodos de trabalho, e o “incremento da produtividade do solo que libera a população do campo, que migra para a cidade (CARLOS, 1989, p. 29)” e passa a compor a dinâmica do meio urbano. O progresso científico a partir dessa dinâmica traz melhoras para a qualidade de vida humana, no tocante à alimentação, comércio, indústria,

manufatura da dinâmica urbana e atividades agrícolas na dinâmica do campo (CARLOS, 1989, p. 33).

Na conjuntura atual, o capital passa por mais uma de suas graves crises – desigualdade social, precarização do trabalho, superprodução e afins, pois, como aponta Carlos: “O modo como a sociedade vive hoje é determinado pela forma como o capital se reproduz em seu estágio atual de desenvolvimento (CARLOS, 1989, p. 41)”. O capitalismo drena a energia vital de qualquer que seja o elemento, para continuar se reproduzindo, drena a energia vital – física e mental, do assalariado explorado pelo trabalho, drena a energia vital da natureza explorada para ganho e lucro do capital.

Mesmo que a natureza seja capaz de se recuperar, e eliminar quaisquer resquícios de degradação ambiental (em milhares de ano), não é possível coexistir a conservação da natureza e o capitalismo, pois este último apenas existe para drenar a primeira. É necessário, pois, repensar os usos da energia hidrelétrica que gera diversos impactos ambientais negativos: poluição do ar, solo, água, extinções em massas e afins. Acredita-se então que, enquanto o Capital se mantiver como sistema econômico vigente, estamos diante de uma crise iminente de existência e resistência da vida, de todas as espécies, e de um devastador colapso dos recursos naturais necessários a sobrevivência da vida de todos os seres vivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção do espaço pela sociedade se dá a partir do desenvolvimento cíclico do capital, o espaço geográfico é produzido e reproduzido para atender as necessidades da produção e circulação do mercado visando o funcionamento do capital e manutenção da reprodução humana. Assim o espaço geográfico passa a se reproduzir com o objetivo do desenvolvimento pleno do capitalismo. Entretanto, tal desenvolvimento implica na drenagem da energia vital do homem e da natureza, que, conseqüentemente, implica para o espaço geográfico em “manchas” espaciais com fortes divergências ideológicas, políticas, econômicas e sociais.

O espaço geográfico, é, antes de tudo, uma luta política, cujos indivíduos antes mesmo de aspirar sobre sua individualidade, compõe uma rede social coletiva, que, movida em razão de uma força externa – o capital, tem a sua existência pautada na

alienação do trabalho, onde que as forças para agir contra a brutal expansão desse sistema, se mantêm inerte. Isso ocorre não por mera comodidade dos indivíduos, mas sim pela forma alienante que o sistema usa para se expandir e oprimir quem ousar sair de sua égide.

A presente pesquisa buscou apresentar um levantamento teórico de como a relação da produção, mercadoria e consumo, bem como a relação do trabalho se traduzem no espaço – espaço geográfico. A partir deste estudo, fica evidente de que muitas questões vitais ainda devem ser levantadas, colocadas e discutidas, como, pelo fato de aqui considerarmos o espaço geográfico como também sinônimo da luta política entre as classes. A partir deste estudo, evidenciou-se que as projeções de produto e mercadoria se traduzem para além do objeto material, neste processo, a conceituação de produto e mercadoria, também se funde ao indivíduo social que, por sua vez, reproduz a dinâmica imposta pelo capital.

Nesse sentido, o que se propõe aqui é repensar o modo como é dimensionado e posto para a sociedade os suportes teóricos e científicos, e, acima de tudo, práticos, para que se possa cessar o anestesiar injetado pelo capital em nossas vias. Sendo assim, reconhecendo o espaço geográfico como luta política, capaz de, no processo de produção e reprodução espacial, atingir o centro da origem das desigualdades sociais, reconhecemos também o espaço geográfico como instrumento capaz de organizar a sociedade rumo à uma produção social do espaço.

REFERÊNCIAS

CARLOS, A. F. A. **Espaço e indústria**. São Paulo: Contexto, 1989.

ENGELS, F. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. São Paulo: Global Editora: 1989

GOMES, H. **A produção do espaço geográfico no capitalismo**. São Paulo: Contexto, 1991.

GRAMSCI, A. **Americanismo e fordismo**. São Paulo: Hedra, 2008.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

MARX, K. **O Capital: crítica da Economia Política**. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2023.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2023.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

NAVES, B. M. **Marx: Ciência e Revolução**. São Paulo: Editora Quartier Latin do Brasil, 2008.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: USP, 1996.